

Influência do CPC 28 - Propriedade para Investimento nas Práticas de Gerenciamento de Resultados por *Accruals* Discricionários

JÉSSICA TAÍS PETRI

*Mestranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis e Administração
Universidade de Blumenau (PPGCC/FURB)*

VANIA REGINA MORÁS

*Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Ciências Contábeis e Administração
Universidade de Blumenau (PPGCC/FURB)*

Resumo

Quanto a adoção do CPC 28 - Propriedade para Investimento - norma correlacionada a IAS 40 - *Investment Property*, a norma possibilita a escolha de métodos alternativos para avaliação das propriedades para investimento: método do valor justo ou método de custo. Assim, empresas semelhantes poderão ter demonstrações contábeis diferenciadas. O objetivo da pesquisa é analisar a influência dos métodos de avaliação da propriedade para investimento nas práticas de gerenciamento de resultado por *accruals* discricionários, devido a norma ser mais flexível, espera-se que os gestores optam pelo método que lhe der maior possibilidade para manipular as informações contábeis. Para tal, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e quantitativa. O período investigado foi de 2010 a 2018, com dados coletados no site da [B]³ e na base *Thompson One Banker*[®], analisados por meio de regressão linear múltipla. A amostra contemplou 1105 observações, utilizou empresas que apresentavam todas as informações necessárias para realização do estudo. Os resultados indicam que a Propriedades para Investimento, tanto pelo método do valor justo ou pelo método de custo não estão relacionados com as práticas de Gerenciamento de Resultados por *accruals* discricionários. Por fim, conclui-se que o método de mensuração da Propriedade para Investimento não está atrelado ao GR por *accruals* discricionários. Este estudo contribui com a literatura ao indicar que os métodos de avaliação da propriedade para investimento podem flexibilizar a prática de GR por *accruals* discricionários. Este resultado pode servir de alerta para órgãos reguladores, demonstrando a necessidade de melhorias em termos de elaboração das normas contábeis e aos investidores.

Palavras-chave: Propriedade para Investimento. Gerenciamento de Resultados. *Accruals* discricionários. Escolhas Contábeis.

Introdução

A qualidade das informações contábeis de uma organização está atrelada ao bom senso dos gestores em detalhar as informações contábeis, de acordo com as normas reguladoras. Porém, o descontentamento e interesse desses gestores, bem como os interesses da própria organização em atingir metas, resultam na manipulação das informações contábeis (Yang & Krishnan, 2005).

Com a adoção das *International Financial Reporting Standards* (IFRS), surgem inúmeras possibilidades de pesquisas sob os mais variados aspectos. Nesse sentido, este artigo analisa a adoção do CPC 28 – Propriedade para Investimento – que tem correlação com as IAS 40 – *Investment Property*. O CPC 28 possibilita a escolha de métodos alternativos para avaliação das propriedades para investimento: método do valor justo ou método de custo. Assim, empresas semelhantes poderão ter demonstrações contábeis diferenciadas, o que pode

gerar impactos nas tomadas de decisões dos diversos *stakeholders*, ou até mesmo, facilitando a prática de gerenciamento de resultados.

Normas flexíveis ou com métodos alternativos, como por exemplo, a IAS 40, permitem demonstrações contábeis de diversas formas, e podem afetar a credibilidade dos órgãos reguladores (Chatham, Larson & Vietze, 2010). Deste modo, questões sobre os motivos e implicações econômicas das escolhas contábeis vêm sendo pesquisadas desde a década de 1960, assim, a regulação contábil pode afetar a qualidade e a quantidade das demonstrações contábeis (Fields, Lys & Vincent, 2001).

A demanda por informações contábeis de qualidade pode se diferenciar de várias formas, tanto em razão do tipo de usuários (externos ou internos), quanto da periodicidade, do volume, do nível de detalhamento e do conteúdo (Marcelli, 2013). Porém, os gestores podem escolher as estimativas ou os métodos que não refletem com precisão a situação econômica daquela organização, possibilitando a assimetria de informação, abrindo margem para o comportamento oportunista e, conseqüentemente para o gerenciamento de resultado (Healy & Wahlen, 1999). Schipper (1989) destaca que os gestores das organizações, com o objetivo de maximizar seus ganhos por meio do oportunismo, minimizam a qualidade das informações contábeis divulgadas, por meio de práticas de gerenciamento de resultados (GR).

O gerenciamento de resultados pode ser definido como a alteração proposital do desempenho econômico reportado por *insiders* de uma empresa para enganar algumas partes interessadas ou influenciar os resultados contratuais (Healy & Wahlen, 1999). Dietrich, Harris e Muller (2001) argumentam que os gestores podem gerenciar os resultados da empresa por meio da escolha do método de avaliação contábil, permitindo que os relatórios contábeis evidenciem lucros mais elevados, por exemplo, ocorrendo o denominado custo de agência, expressão que denomina um tipo especial de gasto que decorre de conflitos de agência presentes numa organização (Arruda et. al, 2008).

A escolha de métodos alternativos para avaliação de propriedade para investimento, se torna flexível, dando origem a uma escolha contábil explícita (Pinto, Martins & Silva, 2015). Contudo, para Muller, Riedl e Sellhorn (2008), o valor justo na mensuração das propriedades para investimento é escolhido por empresas com maior assimetria de informação, pois é a demanda dos investidores que orienta a escolha do valor justo, e, nesse sentido, o valor justo oferece informação de maior qualidade aos usuários (Barlev & Haddad, 2003; Ball, 2006; Whittington, 2008). Assim, se houver assimetria de informação, o valor justo pode ser escolhido com o intuito de informar o mercado sobre o 'verdadeiro' valor da empresa (Quagli & Avallone, 2010).

Destaca-se a existência de estudos internacionais sobre análise da adoção da IAS 40 na Europa (Dietrich, Harris & Muller, 2001; Demaria & Dufour, 2007; Quagli & Avallone, 2010; Muller, Riedl & Sellhorn, 2008), estudos que tratam das escolhas contábeis (Holthausen & Leftwich, 1983; Fields, Lys & Vincent, 2001; Hail, Leuz & Wysocki, 2009) e, também, a oportunidade para pesquisas sobre este tema com dados de empresas brasileiras. Deste modo, elaborou-se a seguinte questão: qual a influência dos métodos de avaliação da propriedade para investimento nas práticas de gerenciamento de resultado por *accruals* discricionários? Deste modo, o objetivo da pesquisa é analisar a influência do método do valor justo e do método de custo nas práticas de gerenciamento de resultado por *accruals* discricionários, devido a norma ser mais flexível, espera-se que os gestores optam pelo método que lhe de maior possibilidade para manipular as informações contábeis.

Esta pesquisa justifica-se por apresentar uma lacuna de pesquisa entre a propriedade para investimento, considerando a escolha do método de mensuração, e sua influência no GR por *accruals* discricionários em empresas listadas na [B]³. Justifica-se também, pelo motivo

que a convergência contábil busca proporcionar informações relevantes, confiáveis e que permitam a comparabilidade das demonstrações das empresas. Contudo, as medidas para que se alcance esse nível de qualidade da informação contábil podem estar apresentando desdobramentos por meio de aspectos flexíveis da norma para práticas de GR, que implica de forma negativa no conteúdo dos relatórios contábeis, utilizados pelos diversos *stakeholders*.

Outra justificativa para a realização do estudo no mercado brasileiro está na característica dos relatórios contábeis publicados pelas empresas, o que costuma ser associado à existência de maiores variações *cross-section* dos níveis de evidenciação das empresas brasileiras em relação a mercados mais desenvolvidos (Lopes & Alencar, 2010).

Como contribuições, pode-se destacar que os resultados deste estudo podem ajudar os usuários da informação contábil a detectar se o CPC 28 - Propriedade para Investimento, possibilita a prática de GR por *accruals* discricionários. Além disso, pode indicar a órgãos reguladores, por exemplo, ajustes nas normas a serem elaboradas, no intuito de mitigar as práticas de GR por parte dos gestores.

O presente estudo, além desta introdução, conta com mais quatro seções. A próxima seção traz o referencial teórico, contendo os antecedentes e resultados de pesquisas realizadas anteriormente e a hipótese principal que fundamenta a análise quantitativa. Em seguida, têm-se os aspectos metodológicos, detalhando os critérios para inclusão de empresas na amostra, a descrição das variáveis consideradas no modelo de pesquisa. A quarta seção apresenta os resultados e a comparação com os resultados dos estudos realizados anteriormente. Por último, são realizadas as considerações finais e as sugestões de pesquisas futuras.

2 Antecedentes e Hipótese de Pesquisa

O gerenciamento de resultados é a intervenção realizada, de forma proposital, no processo de evidenciação externa, com a intenção de obter algum ganho privado (Schipper, 1989). Segundo Healy e Wahlen (1999), o gerenciamento de resultados ocorre quando gestores se utilizam de julgamentos acerca das informações financeiras, bem como das atividades operacionais da empresa para, intencionalmente, alterar o desempenho econômico da companhia. Martinez (2013) destaca que o GR se caracteriza como a alteração intencional dos resultados contábeis dentro dos limites legais e da flexibilidade permitida pelas normas contábeis para atender às motivações particulares, porém pode comprometer a qualidade das informações contábeis.

Martinez (2001) apresenta a diferença entre o lucro líquido e o fluxo de caixa operacional líquido como *accrual* (acumulações), ou seja, referem às contas de resultado que influenciam o lucro da empresa, e que não implicam na movimentação dos fluxos de caixa. Deste modo, os *accruals* são divididos em *accruals* discricionários, cujo propósito é gerenciar o resultado contábil, e *accruals* não discricionários, inerentes à realidade do próprio negócio. Portanto, "os *accruals* discricionários são uma proxy do gerenciamento de resultados contábeis", eles podem ser positivos ou negativos representando respectivamente a forma que a empresa está gerenciando-os para melhor ou para pior (Martinez, 2001).

As práticas contábeis devem atender à postura de eficiência econômica e à maximização do valor da empresa (Demaria & Dufour, 2007; Quagli & Avallone, 2010). Sendo assim, gestores podem agir de forma a maximizar seus próprios interesses, posicionando-se de forma oportuna e escolhendo determinadas práticas contábeis, especialmente as que minimizem os custos contratuais e de transação da empresa (Coelho & Lopes, 2007).

Portanto, no Brasil, o CPC 28, assim como a IAS 40, permite as empresas escolher o método para avaliação de suas propriedades para investimento, tendo-se as duas seguintes opções: método de custo ou método do valor justo. Assim, as propriedades para investimento,

inicialmente devem ser mensuradas pelo seu valor de custo, onde inclui os custos de transação (IAS 40, item 20), após, na avaliação posterior, a IAS 40 (item 30) dispõe da opção da entidade na sua política contábil, pelo método do custo ou pelo método do valor justo, devendo aplicar essa política a todas as suas propriedades para investimento reconhecidas, após divulgado em notas explicativas, o método de avaliação, com seus respectivos valores, a menos que seja impossível a obtenção de tal valor (CPC, 2009).

Conforme o CPC 28, propriedades para investimento são imóveis mantidos com a finalidade exclusiva de se auferir renda com aluguéis e valorização de capital como, por exemplo, terrenos mantidos para valorização de capital a longo prazo, edifício próprio ou mantido em arrendamento financeiro e que seja arrendado sob um ou mais arrendamentos operacionais, dentre outros (CPC, 2009).

Portanto, quando a norma permite os gerentes a optarem pela melhor escolha, essas escolhas não necessariamente refletem a realidade econômica da empresa, porém há a opção de certos benefícios que haverá, ao reportar determinado resultado (Martinez, 2001; Fields, Lys & Vincent, 2001; Hail, Leuz & Wysocki, 2009).

Uma escolha contábil é qualquer decisão, que tenha o principal objetivo de influenciar a saída do sistema contábil de um modo particular (Fields, Lys & Vincent, 2001). As escolhas contábeis existem idealmente para permitir às empresas que estão sob diferentes influências institucionais ou ambientais e/ou diferentes modelos de negócios, ter a opção de buscar um método contábil que melhor represente sua situação operacional específica. Dessa forma, as escolhas contábeis proporcionam tal subjetivismo, que surge com vistas a entender o mercado incompleto e imperfeito, que exige um sistema de normas contábeis que proteja os diversos usuários das informações contábeis, ante os interesses dos agentes (Fields, Lys & Vincent, 2001).

Pinto, Martins e Silva (2015) investigaram as escolhas contábeis das propriedades para investimento no Brasil, e evidenciaram consistência entre os modelos de negócios e as escolhas contábeis e a existência de vários fatores que interagem entre si e explicam as escolhas contábeis, em detrimento de fatores isolados.

Já os estudos de Souza e Lemes (2016) que trata da comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento em empresas da América do Sul, resultaram na constatação de que, a simples adoção das IFRS não garantiu a comparabilidade. As características setor de atuação, auditoria por *big four*, país, remuneração dos gestores, tamanho da entidade, endividamento, rentabilidade, relevância e tempo, influenciaram as escolhas contábeis dos gestores, o que indica a possibilidade de ter havido uso das opções investigadas para a prática de gerenciamento de resultados.

Dietrich, Harris e Muller (2001) investigaram a confiabilidade das estimativas anuais de valor justo das propriedades para investimento em 76 empresas do Reino Unido, durante os anos de 1988 a 1996. Evidenciaram que o valor justo estimado é, em média, 6% menor que o preço de venda real, sugerindo um viés conservador nas estimativas dos avaliadores, e que as estimativas de valor justo são, consideravelmente, menos tendenciosas e medidas mais precisas do preço de venda do que os respectivos valores de custo histórico. Esses autores levantam uma importante discussão sobre a confiabilidade de se adotar o valor justo ou o custo histórico para avaliação das propriedades para investimento. Afirmam que a possibilidade de os gerentes escolherem um ou outro método de avaliação, permite que os relatórios contábeis evidenciem lucros mais elevados, revelando indícios de uso de GR.

Demaria e Dufour (2007) estudaram a adoção das IFRS em 107 empresas francesas. Quanto à propriedade para investimento, apenas 33 empresas possuíam tal ativo, ou seja,

aplicaram a IAS 40, sendo que apenas 9 optaram pelo método do valor justo e 24 optaram pelo método de custo. Observou-se um forte conservadorismo nas demonstrações contábeis das empresas francesas.

A Comissão Europeia (2007) também analisou a implementação das IFRS em 200 empresas de 25 países membros da União Europeia. Verificou-se que 119 empresas não possuíam propriedade para investimento (IAS 40). Das demais 81 empresas, apenas 23 avaliaram pelo método de valor justo e 58 pelo método de custo.

Muller, Riedl e Sellhorn (2008) examinaram as causas e consequências da escolha do custo histórico ou valor justo para contabilizar as propriedades para investimento em 133 empresas de 15 países da União Europeia, que adotaram as IFRS e atendiam os requisitos da IAS 40. Das empresas da amostra, 27 escolheram o método de custo e 106, o método de valor justo. Também evidenciaram comportamento oportunista por parte das empresas que adotaram o valor justo, já que estas apresentaram maiores lucros, baixa assimetria de informação e maior liquidez, se comparadas às que utilizaram o custo histórico

Andrade, Silva e Malaquias (2013) desenvolveram um estudo sobre as escolhas contábeis em propriedades para investimento, analisaram 39 empresas brasileiras com o objetivo de relacionar as escolhas contábeis de empresas listadas na BM&FBovespa, quando da adoção do CPC 28 – Propriedade para Investimento. Das 39 empresas selecionadas, os resultados mostraram que 17 (44%) adotaram o método do valor justo e as 22 empresas restantes (56%) optaram pelo método de custo. Por fim, nenhuma variável selecionada nesse estudo (valor justo, Custos de agência, Tamanho, Endividamento, Governança Corporativa e Rentabilidade sobre o Patrimônio Líquido) apresentou relação estatisticamente significativa com o método de avaliação escolhido pelas empresas.

A pesquisa de Souza et.al (2014) comparou as escolhas contábeis na avaliação posterior de propriedades para investimento (IAS 40) e analisou as companhias abertas brasileiras e portuguesas. Os resultados desse estudo mostram que houve uma comparabilidade média entre as práticas contábeis das entidades desses países, porém, com decréscimo do índice ao longo dos anos. E as variáveis que explicaram esse decréscimo são ser auditada por uma das *big four*, o endividamento, a relevância relativa do saldo de propriedades para investimento, o lucro líquido e a menor experiência do Brasil na utilização do método do valor justo para avaliação das propriedades para investimento.

Mota et. al, (2017) verificaram se os gestores se utilizam dos *accruals* discricionários para manipular as informações contábeis listadas na BM&FBovespa, a fim de atingir ou superar o lucro previsto por analistas de mercado. Os resultados foram que a hipótese de que as firmas que apresentaram surpresas positivas do lucro gerenciam seus resultados por meio dos *accruals* discricionários foi rejeitada. Porém, a segunda hipótese de que há gerenciamento de resultados entre empresas com pequenas surpresas do lucro não foi rejeitada. Conclui-se que há somente evidências de que as empresas brasileiras gerenciam seus resultados para atingir as previsões de lucro realizadas pelos analistas de mercado.

Com base no exposto, observa-se que CPC 28 tende a possibilitar o comportamento oportunístico dos gestores e, conseqüentemente, as práticas de GR. Assim, se estabelece as seguintes hipóteses para este estudo:

H₁: O gerenciamento de resultados está significativamente relacionado com a escolha do método de avaliação de propriedades para investimento.

3 Aspectos Metodológicos

A presente pesquisa caracteriza-se como descritiva, documental com abordagem quantitativa. A população do estudo compreendeu 352 empresas brasileiras de capital aberto,

listadas na [B]³ no período de 2010 a 2018. Optou-se para realizar a análise a partir de 2010, pois o CPC 28 – Propriedade para Investimento, entrar vigor em 31/07/2009. A escolha se deu, devido as empresas listadas na [B]³, ser a melhor população para verificar o cumprimento de normas brasileiras, onde a exigência e o cumprimento destas normas se tornam maior.

A coleta dos dados foi dividida em duas etapas. A primeira etapa da pesquisa foi de forma documental, onde se preocupa em observar os fatos, registrá-los, analisá-los, classificá-los e interpretá-los, sendo que o pesquisador não interfere nesses dados (Marconi & Lakatos, 2002). Deste modo, utilizou-se o site da [B]³ para averiguar as informações sobre propriedades para investimento, considerando o escopo do CPC 28 (IAS 40) e qual método contábil é escolhido entre custo ou valor justo. A [B]³ também, foi utilizada para a obtenção de informações sobre a variável *big four*, ou seja, variável *dummy*, igual a 1 para empresas auditadas por *Big Four* e igual a 0 caso contrário.

Na segunda etapa, utilizou-se a base de dados *Thompson One Banker*[®]. para a coleta das variáveis Ano, Setor, Lucro Líquido, Fluxo de Caixa, Ativo Total, Receita de Vendas, Ativo Imobilizado, Endividamento, ROA, ROE, Contas a Receber Líquidas, Ativo Total e variáveis de Governança corporativa. Assim, para formar a amostra, foram desconsideradas as empresas sem informações e dados completos, e pertencentes ao setor financeiro, por apresentarem características diferentes das demais empresas. Portanto, a amostra final totalizou 1105 observações, conforme destacado na Tabela 1:

Tabela 1 – Amostra da Pesquisa

Ano	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018
População Total	352	352	352	352	352	352	352	352	352
(-)Empresas sem informações e dados completos	203	207	219	225	233	245	272	231	215
(-)Empresas Financeiras	1	1	1	2	0	2	2	2	2
(=) Amostra final	148	144	132	125	119	105	78	119	135

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Como a pesquisa analisa a influência da propriedade por investimento no GR por *accruals* discricionários, optou-se por utilizar o modelo de Jones Modificado, que em relação aos modelos anteriores, controla o efeito das mudanças nas circunstâncias econômicas da empresa sobre os *accruals* discricionários, que conseqüentemente, reduz o incremento nas contas a receber das variações das vendas, levando em consideração a possibilidade da manipulação das vendas a prazo. Segue o modelo original, proposto por Jones (1991) conforme equação 1.

$$TA_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 [1 A_{it-1}] + \alpha_2(\Delta V_{it}) + \alpha_3(PPE_{it}) + \epsilon_{it} \quad (1)$$

Em que:

TA_{it} = *accruals* totais da empresa i no ano t, calculadas pelo lucro líquido diminuídos do fluxo de caixa operacional, ambos ponderados pelo ativo total do ano anterior;

A_{it-1} = ativos totais da empresa i no ano t-1;

ΔV_{it} = vendas no ano t menos vendas no ano t-1 dividido pelas vendas no t-1;

PPE_{it} = ativo imobilizado bruto no ano t para a empresa i;

$\alpha_0, \alpha_1, \alpha_2$ e α_3 = coeficientes do modelo de regressão;

ϵ_{it} = termo de erro no ano t para a empresa i (proxy de gerenciamento).

Depois de obtidas as estimativas dos coeficientes, a partir do procedimento de regressão linear múltipla da equação 1 com e sem ROA, foram calculados os *accruals* não discricionários, multiplicando tais coeficientes pelas variáveis independentes dos modelos Jones Modificado (1995) e Jones Modificado ajustado pelo ROA (2005). Inicialmente, o procedimento foi efetuado para o Modelo Jones Modificado (1995), objetivando encontrar os *accruals* não discricionários. Conota-se que nesta etapa do trabalho a equação não tem erro (ϵ_{it}), visto que não se trata de uma regressão e sim de uma equação matemática. A equação 2, a seguir, apresenta o modelo Jones Modificado (1995).

$$ADNJM_{it} = \alpha_0 + \alpha_1 [1 A_{it-1}] + \alpha_2 (\Delta V_{it} - \Delta REC_{it}) + \alpha_3 (PPE_{it}) \quad (2)$$

Em que:

$ANDJM_{it}$ = *accruals* não discricionários do modelo de Jones Modificado (1995), da empresa *i* no período *t*;

A_{it-1} = Ativos totais da empresa *i* no período *t*-1;

ΔV_{it} = receita da empresa *i* no período *t* menos receita da empresa no período *t*-1 para a empresa *i*;

ΔREC_{it} = são as contas líquidas a receber da empresa *i* no período *t* menos as contas líquidas a receber da empresa *i* no período *t*-1;

PPE_{it} = ativo imobilizado bruto da empresa *i* no período *t*;

$\alpha_0, \alpha_1, \alpha_2$ e α_3 = coeficientes do modelo de regressão.

A terceira etapa dispõe da subtração dos *accruals* totais da empresa *i* no ano *t*, calculadas pelo lucro líquido diminuídos do fluxo de caixa operacional pelos *accruals* não discricionários do modelo de Jones Modificado (1995), para se estimar os *accruals* discricionários tem-se a seguinte equação 3:

$$AD_{it} = TA_{it} - AND_{it} \quad (3)$$

Em que:

AD_{it} = *accruals* discricionários da empresa no período *t*;

TA_{it} = *accruals* totais da empresa *i* no período *t*;

AND_{it} = *accruals* não discricionários da empresa *i* no período *t*.

A partir dos *accruals* discricionários gerados, constituídos pelas variáveis dependentes, foram elaboradas novas equações, utilizando-se como variáveis independentes a *dummy* o método de mensuração das propriedades para investimento pelo custo ou pelo valor justo, além de variáveis de controle. A Tabela 2 apresenta o constructo da pesquisa, sendo composto pelas variáveis dependentes (GR) e independentes (Propriedade para Investimento e controle).

Tabela 2 - Constructo da pesquisa

	Variáveis	Sigla	Métricas	Autores
Dependentes	Gerenciamento de Resultados por <i>accruals</i> discricionário	TA	<i>Accruals</i> discricionários Modelo Jones	Jones (1991)
		ADNJM	<i>Accruals</i> discricionários positivos Modelo Jones Modificado	Jones Modificado (1995).
		AD	<i>Accruals</i> discricionários negativos Modelo Jones Modificado	Jones Modificado (1995).
Independentes	Propriedade para Investimento	PIVJ	Variável <i>dummy</i> , igual a 1 para empresas com Propriedade para	Quagli e Avallone (2010); Muller e Riedl; Sellhorn

			Investimento mensurado pelo método de Valor Justo	(2011); Muller, Riedl e Sellhorn (2008)
		PIC	Variável <i>dummy</i> , igual a 1 para empresas com Propriedade para Investimento mensurado pelo método de Custo	Quagli e Avallone (2010); Muller e Riedl; Sellhorn (2008);
Controle	Tipo de Auditoria	<i>Big Four</i>	Variável <i>dummy</i> , igual a 1 para empresas auditadas por <i>Big Four</i> e igual a 0 caso contrário.	Zang, Zhou e Zhou (2007); Haga et al. (2018)
	Ativo Total	ATA	Ln (Ativo Total)	Prior, Surroca e Tribó (2008); Kim, Park e Wier (2012)
	Endividamento Total	End	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante Ativo Total	Kim, Park e Wier (2012); Andrade, Silva e Malaquias (2013)
	Receita de Vendas	Vem	Ln (Receita de Vendas)	Kim, Park e Wier (2012); Andrade, Silva e Malaquias (2013)
	Índice de Governança Corporativa	Gov	Nível I Nível II e Novo Mercado	Coelho e Lopes (2007); Almeida (2010)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Conforme a Tabela 1 verificam-se as variáveis dependentes, que corresponde aos *accruals* discricionários gerados a partir do Modelo Jones Modificado. Estes foram segregados em *accruals* discricionários do Modelo Jones (TA), *accruals* discricionários positivos do Jones Modificado (ADNJM) e *accruals* discricionários negativos do Jones Modificado (AD). O objetivo de segregar é o fato de que a influência das variáveis independentes e de controle pode ocorrer de várias formas quando analisada a relação com os *accruals* positivos e negativos.

Para a formulação do (PIVJ) e (PIC), verificou-se os investimentos divulgados em propriedades para investimento, por meio dos relatórios contábeis das empresas da amostra, localizados no site da [B]³. Deste modo, utilizou a variável *dummy* 1 para empresas que possuem esse ativo no Balanço Patrimonial, destacando assim, qual mensuração do mesmo.

A partir do constructo da pesquisa, formulou-se a equação 4 de base das possíveis relações entre as variáveis dependentes, independentes e de controle.

$$AD = \alpha_1 + \beta_1 VJ + \beta_2 C + VC + +\sum \text{efeito fixo setor} + \sum \text{efeito fixo ano} + \varepsilon \quad (3)$$

Em que:

AD = *accruals* discricionários;

$\beta_1 VJ$ = coeficientes valor Justo;

$\beta_2 C$ = coeficientes custo;

VC = variáveis de Controle, sendo elas: *Big Four*, Ativo Total (ATA), Endividamento (End), Vendas (Vem) e Governança Corporativa (Gov);

α_1 = coeficiente do modelo de regressão;

\sum Efeitos fixos setor = controle de efeito fixo por setor;

\sum Efeitos fixos ano = controle de efeito fixo ano;

ε = erro da regressão.

Por fim, para alcançar o objetivo proposto, realizou-se a análise dos dados de forma quantitativa foram utilizadas técnicas estatísticas específicas para análise dos dados, a qual cabe destacar a regressão linear múltipla e por meio do *software* STATA®. Marroco (2007) descreve que a regressão linear múltipla é um conjunto de várias técnicas estatísticas utilizadas para modelar relações entre variáveis e predizer o valor de uma variável dependente a partir de um conjunto de variáveis independentes.

4 Análise e Discussão dos Resultados

Inicialmente, realizou-se o teste para verificar o comportamento das empresas brasileiras de capital aberto, no que se refere aos níveis de gerenciamento de resultados, foi decrescente depois da vigência do CPC 28. A Tabela 3 evidencia o comportamento médio do gerenciamento de resultados proporcionado pela propriedade para investimento sobre o ativo total no período entre 2010 à 2018, que se refere ao momento posterior ao CPC 28. O fato da amostra ter sido de 1105 observações, pode-se observar a confiabilidade nos dados. Nesse sentido, as informações demonstram que as propriedades para investimento não estão relacionadas com o ativo da empresa, sendo o R² de 0,13% demonstrando baixo ou quase nenhum poder de explicação. Assim como seu F estatístico que apresentou nível de 2,37%, demonstrando pouca relação entre as variáveis.

Tabela 3 - Regressão dos *Accruals* Discricionários (UCE = PIAT)

Varável	N	Coefficientes	R ²	R ² ajustado	Prob (F-statistic)	Desvio Padrão	Estatística-t	Valor-p
Constante	1105		0.0013	0.0004	0.2368			
PIAT		-.0245855				.0207702	0.237	-.065339

Legenda: UCE (*Accruals* Discricionários); PIAT (Propriedade para Investimento sobre Ativo).

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Tabela 4, apresenta a relação dos *accruals* discricionários com propriedade para investimento e com as variáveis de controle.

Tabela 4 – Regressão dos *Accruals* Discricionários (UCE = PIAT + *Big Four* + ATA + End + Vem + Gov. Setor. Ano)

Varável	Coefficientes	Desvio Padrão	Estatística-t	Valor-p
PIAT	-.0154101	.0165026	0.351	-.0477912
<i>Big Four</i>	-.0109101	.0110873	0.325	-.0326654
ATA	.0069273	.0022081	0.002	.0025946
End	-.0744912	.0148985	0.000	-.1037246
Vem	-.0061125	.0024519	0.013	-.0109236
Gov	-.0000592	.0001371	0.666	-.0003282
Constante	-.0807161	.0306758	0.009	-.1409075
n	1105			
R ²	0.0842			
R ² ajustado	0.0842			
Prob (F-statistic)	0.0016			

Legenda: UCE (*Accruals* Discricionários); PIAT (Propriedade para Investimento sobre Ativo); *Big Four* (Tipo de Auditoria); ATA (Ativo Total); End: (Endevidamento); Vem (Receita de Vendas); Gov (Índice de Governança Corporativa)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Conforme exposto na Tabela 4, o modelo aplicado contém a variável propriedade para investimento sobre o ativo total em conjunto com as outras variáveis de controle. Constata-se

um poder de explicação de 8%, considerado baixo (Fávero et al., 2009). O modelo da equação também se mostra não significativo, apresentando F de significância de 0.16%.

Observa-se que a variável PIAT (Propriedade para Investimento sobre Ativo Total) não se apresentou significativa, já que é ao nível de 4,78%. Assim como, a variável *Big Four* não se apresentou significativa ao nível 3.27% e com influência positiva. Ou seja, as variáveis PIAT e *Big Four* não estão relacionadas ao aumento do GR. Contudo, as variáveis ativo total, endividamento, vendas e governança também demonstraram não impactar do nível de GR por *accruals* discricionários.

A Tabela 5 apresenta a regressão em que o modelo apresenta as variáveis iguais da Tabela 4 porém, agora analisando os *accruals* discricionários absolutos. Consta-se um poder de explicação de 15% e o R² ajustado menor ainda, sendo 11,86%. Assim, pode-se dizer que há um poder de explicação baixo (Fávero et al., 2009). Porém, o modelo da equação mostra significativo, apresentando F de significância de 0.0000% sendo assim, menor do que 5%. Neste sentido, apesar de pouco poder de explicação na relação entre as variáveis independentes e os *accruals* discricionários absolutos desta equação, há significância entre as variáveis.

Tabela 5 – Regressão dos *Accruals* Discricionários Absolutos (UCE_ABS = PIAT + *Big Four* + ATA + End + Vem + Gov. Setor. Ano)

Varável	Coefficientes	Desvio Padrão	Estatística-t	Valor-p
PIAT	-.0144784	.0118645	0.223	-.0377587
<i>Big Four</i>	-.0200253	.0094264	0.034	-.0385216
ATA	-.0053815	.0018526	0.004	-.0090167
End	.0257842	.0121547	0.034	.0019346
Vem	.0063427	.0014041	0.000	.0035876
Gov	.0001051	.0001206	0.384	-.0001316
Constante		.0258468	0.000	.0678792
n	1105			
R ²	0.1574			
R ² ajustado	.1185952			
Prob (F-statistic)	0.0000			

Legenda: UCE_ABS (*Accruals* Discricionários Absolutos), PIAT (Propriedade para Investimento sobre Ativo); *Big Four* (Tipo de Auditoria); ATA (Ativo Total); End: (Endividamento); Vem (Receita de Vendas); Gov (Índice de Governança Corporativa)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

Na Tabela 5, a variável PIAT (Propriedade para Investimento sobre Ativo Total) não se apresentou significativa, já que é ao nível de -3,78%. Esse valor contém 1,1% de desvio padrão em torno da média, demonstrando que de fato não influencia no gerenciamento de resultado. As variáveis *Big Four*, Ativo, Endividamento, Vendas e Governança também não estão relacionadas ao aumento do GR.

Por fim, a Tabela 6 representa o modelo que contém a variável propriedade para investimento sobre o ativo total relacionado com a escolha pelo método de Valor Justo. Nesse caso, buscou-se analisar se a opção de mensuração de fato está relacionada com maior gerenciamento de resultado. Consta-se um poder de explicação de 8%. Com isso, pode-se dizer que há um poder de explicação baixo (Fávero et al., 2009). O modelo da equação também se mostra não significativo, apresentando F de significância de 0.4%. Neste sentido, é possível analisar com pouco poder de explicação na relação entre as variáveis independentes e os *accruals* discricionários desta equação.

Tabela 6– Regressão dos *Accruals* Discricionários pelo método Valor Justo (UCE_PIAT_PIVJ = PIAT*PIVJ + *Big Four* + ATA + End + Vem + Gov. Setor. Ano)

Varável	Coefficientes	Desvio Padrão	Estatística-t	Valor-p
PIAT	-.0108745	.0183015	0.553	-.0467854
PIVJ	.017345	.0109339	0.113	-.0041093
PIAT*PIVJ	-.045878	.0430245	0.287	-.1302999
<i>Big Four</i>	-.0115026	.0112694	0.308	-.0336152
ATA	.0071335	.0022328	0.001	.0027523
End	-.0749011	.0149059	0.000	-.1041492
Vem	-.0060915	.0024665	0.014	-.0109313
Gov	-.000051	.0001382	0.712	-.0003222
Constante	-.0841108	.0312134	0.007	-.1453572
n	1105			
R ²	0.0852			
Prob (F-statistic)	0.0040			

Legenda: UCE (*Accruals* Discricionários), PIAT (Propriedade para Investimento sobre Ativo); PIVJ (Propriedade para Investimento Valor Justo); *Big Four* (Tipo de Auditoria); ATA (Ativo Total); End: (Endividamento); Vem (Receita de Vendas); Gov (Índice de Governança Corporativa)

Fonte: Elaborado pelas autoras.

A Tabela 6, de maneira geral, indica que não há relação entre as variáveis. Assim, a variável PIAT*PIVJ (propriedade para investimento sobre o ativo total relacionado com a escolha pelo método de Valor Justo) não se apresentou significativa, já que é ao nível de -13,03%. Esse valor contém 4,3% de desvio padrão em torno da média, demonstrando que de fato não influencia no gerenciamento de resultado. Essa regressão tem baixo poder de explicação já que o R² é de 0,4%. As variáveis que restaram também não estão relacionadas ao aumento do Gerenciamento de resultado por conta do método de mensuração da propriedade para investimento.

Pode-se destacar então, que empresas que optam por método de custo ou valor justo para mensurar a propriedade para investimento não estão relacionadas ao maior gerenciamento de resultado, rejeitando assim, a hipótese 1. Dessa forma, o gerenciamento de resultados não atua de forma significativa sobre a escolha do método de avaliação de propriedades para investimento. Os resultados deste estudo corroboram com os achados de Demaria e Dufour (2007), Andrade, Silva e Malaquias (2013) e Souza et.al (2014).

5 Conclusões e Recomendações

Este estudo teve como objetivo analisar a influência do método do valor justo e do método de custo nas práticas de gerenciamento de resultado por *accruals* discricionários, devido a norma ser mais flexível, espera-se que os gestores optam pelo método que lhe de maior possibilidade para manipular as informações contábeis. Para tal, realizou-se uma pesquisa descritiva, documental e quantitativa. O gerenciamento de resultado a partir da propriedade para investimento sobre o ativo total não se deu de forma significativa. Assim como as regressões das tabelas 3, 4 e 5 também não atuaram de forma significativa no GR.

Os resultados no geral, foram parecidos, apresentando um baixo poder de explicação, pouca significância e pouca relação nas variáveis testadas, corroborando com os achados de Demaria e Dufour (2007), Andrade, Silva e Malaquias (2013) e Souza et.al (2014) e demonstrando que por mais que o CPC 28 - Propriedade por Investimento, flexibilize a escolha do método pelos gestores propiciando o GR, neste estudo não foi possível detectar tal prática. Portanto, conclui-se que o GR por *accruals* discricionários não está atrelado ao método de mensuração da propriedade para investimento.

Como limitações do estudo tem-se o fato da população abranger somente empresas listadas na [B]³. Assim como foi limitado o uso somente do CPC 28, onde abre espaço para outras normas com intuito de analisar de acordo com o início de suas vigências, quanto as

práticas de GR. Para futuros estudos e, melhor explanação inerente ao tema investigado, recomenda-se relacionar esse tema com outros modelos de gerenciamento de resultados por *accruals* discricionários e atividades reais, com intuito de verificar se a relação entre propriedade para investimento e o GR difere do atual estudo. Além disso, a utilização de outras métricas para este mesmo tema. Como contribuição, este estudo proporciona mais segurança para os auditores, órgãos reguladores e outras partes interessadas na qualidade da informação contábil, pois independentemente do método de mensuração da propriedade para investimento, não está relacionado ao gerenciamento de resultado.

Referências

- Almeida, J. E. F. D. (2010). *Qualidade da informação contábil em ambientes competitivos*. 2010. 188 f (Doctoral dissertation, Tese (Doutorado)—Programa de Pós-Graduação em Ciências Contábeis, Departamento de Contabilidade e Atuária, Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade da Universidade de São Paulo, São Paulo).
- Andrade, M. E. M. C.; Silva, D. M.; Malaquias, R. F. (2013). Escolhas contábeis em propriedades para investimento. *Revista Universo Contábil*, v. 9, n. 3, p. 22-37.
- Arruda, G. S., Madruga, S. R., & de Freitas Junior, N. I. (2008). A governança corporativa e a teoria da agência em consonância com a controladoria. *Revista de Administração da UFSM*, 1(1).
- Ball, R. (2006). International Financial Reporting Standards (IFRS): pros and cons for investors. *Accounting and business research*, 36(sup1), 5-27.
- Barlev, B., & Haddad, J. R. (2003). Fair value accounting and the management of the firm. *Critical perspectives on accounting*, 14(4), 383-415.
- Chatham, M. D., Larson, R. K., & Vietze, A. (2010). Issues affecting the development of an international accounting standard on financial instruments. *Advances in Accounting*, 26(1), 97-107.
- Coelho, A. C. D., & Lopes, A. B. (2007). Avaliação da prática de gerenciamento de resultados na apuração de lucro por companhias abertas brasileiras conforme seu grau de alavancagem financeira. *Revista de Administração Contemporânea*, 11(SPE2), 121-144.
- CPC – Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2009) Propriedade para Investimento. Pronunciamento Técnico CPC-28. Disponível em: <http://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=59> Aprovado em 26 de junho de 2009.
- Demaria, S.; Dufour, D. (2007). First time adoption of IFRS, Fair value option, Conservatism: Evidences from French listed companies. Disponível em: <https://halshs.archives-ouvertes.fr/halshs-00266189/document> Acesso em: 10 jan. 2020.
- Dietrich, J. R., Harris, M. S., & Muller, K. A. (2001). The reliability of investment property fair value estimates. *Journal of Accounting and Economics*, 30, 125-158.
- Fávero, L. P. L., Belfiore, P. P., Silva, F. L. D., & Chan, B. L. (2009). Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões.
- Fields, T. D., Lys, T. Z., & Vincent, L. (2001). Empirical research on accounting choice. *Journal of accounting and economics*, 31(1-3), 255-307.
- Haga, J., Ittonen, K., Tronnes, P. C., & Wong, L. (2018). Is earnings management sensitive to discount rates?. *Journal of Accounting Literature*, 41, 75-88.
- Hail, L.; Leuz, Christian; W., Peter D. (2009). Global Accounting Convergence and the Potential Adoption of IFRS by the United States: An Analysis of Economic and Policy Factors. Disponível no SSRN 1357331. Acesso em: 03 jan. 2020. DOI: 10.2139/ssrn.1357331.
- Healy, P. M., & Wahlen, J. M. (1999). A review of the earnings management literature and its implications for standard setting. *Accounting horizons*, 13(4), 365-383.

- Holthausen, R. W., & Leftwich, R. W. (1983). The economic consequences of accounting choice implications of costly contracting and monitoring. *Journal of accounting and economics*, 5, 77-117.
- Lopes, A. B., & de Alencar, R. C. (2010). Disclosure and cost of equity capital in emerging markets: The Brazilian case. *The International Journal of Accounting*, 45(4), 443-464.
- Jones, J. J. (1991). Earnings management during import relief investigations. *Journal of Accounting Research*, 29(2), 193-228
- Kim, Y., Park, M. S., & Wier, B. (2012). Is earnings quality associated with corporate social responsibility?. *The accounting review*, 87(3), 761-796.
- Marcelli, R. (2013). Gerenciamento de resultados em companhias brasileiras do setor da construção civil. 105 f. Dissertação (Mestrado em Controladoria e Contabilidade) - FECAP - Faculdade Escola de Comércio Álvares Penteado, São Paulo.
- Marconi, M. D. A., & Lakatos, E. M. (2002). *Técnicas de pesquisa* (Vol. 2, pp. 35-36). São Paulo: Atlas.
- Marroco, J. (2007). *Análise Estatística com utilização do SPSS*, 3ª Edição. Lisboa. Edições Sílabo.
- Martinez, A. L. (2001) "Gerenciamento" dos resultados contábeis: estudo empírico das companhias abertas brasileiras. Tese de doutorado, Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, Brasil.
- Martinez, A. L. (2013). Gerenciamento de resultados no Brasil: um survey da literatura. *BBR-Brazilian Business Review*, Vitória-ES, v. 10, n. 4, Art. 1, p. 1-31.
- Mota, R. H. G., da Cunha, A. C., de Oliveira, A. F., & Paulo, E. (2017). Previsão de lucro e gerenciamento de resultados: evidências empíricas no mercado acionário brasileiro. *Revista Universo Contábil*, 13(1), 06-26.
- Muller, K. A., Riedl, E. J., & Sellhorn, T. (2008). Causes and consequences of choosing historical cost versus fair value. *Recuperado de <http://nd.edu/~carecob/May2008Conference/Papers/RiedlMRS03062008.pdf>*.
- Pinto, M. J. T., Martins, V. A., & Silva, D. M. D. (2015). Escolhas contábeis: o caso brasileiro das propriedades para investimento. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(69), 274-289.
- Prior, D., Surroca, J., & Tribó, J. A. (2008). Are socially responsible managers really ethical? Exploring the relationship between earnings management and corporate social responsibility. *corporate governance: An international review*, 16(3), 160-177.
- Quagli, A.; Avallone, F. (2010). Fair value or cost model? Drivers of choice for IAS 40 in the real estate industry. *European Accounting Review*, v. 19, n. 3, p. 461-493.
- Schipper, K. (1989). Earnings management. *Accounting horizons*, v. 3, n. 4, p. 91.
- Souza, F. Ê. A. D., Botinha, R. A., Silva, P. R., & Lemes, S. (2015). A comparabilidade das escolhas contábeis na avaliação posterior de propriedades para investimento: uma análise das companhias abertas brasileiras e portuguesas. *Revista Contabilidade & Finanças*, 26(68), 154-166.
- Souza, F. Ê. A.; Lemes, S. (2016). A comparabilidade das escolhas contábeis na mensuração subsequente de ativos imobilizados, de ativos intangíveis e de propriedades para investimento em empresas da América do Sul. *Revista Contabilidade & Finanças*, v. 27, n. 71, p. 169-184.
- Whittington, G. (2008). Fair value and the IASB/FASB conceptual framework project: an alternative view. *Abacus*, 44(2), 139-168.
- Yang, J. S., & Krishnan, J. (2005). Audit committees and quarterly earnings management. *International journal of auditing*, 9(3), 201-219.
- Zhang, Y., Zhou, J. & Zhou, N. (2007). Audit committee quality, auditor independence, and internal control weaknesses. *Journal of Accounting and Public Policy*, 26(3), 300-327.